

VIOLÊNCIA E JUVENTUDE NO BRASIL: DIÁLOGOS, CONTROVÉRSIAS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO¹

Felipe da Silva Freitas²

“...as nossas lágrimas regarão com esperança o chão da dura realidade para sempre sonhar com a utopia de uma sociedade justa e igual, ameaçando com dureza todo o poder que gera opressão. Acreditamos numa sociedade sem racismo, sem machismo, sem sexismo e sem homofobia. Cremos no fim de todas as prisões, no fim de todas as formas de extermínio, na construção de outras formas de organização da sociedade e na utopia de um mundo sem oprimidos/as e sem opressores.”

*Carta das Pastorais da Juventude do Brasil
maio de 2009, Guararema – SP*

Com aproximadamente 53 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos³ (IBGE, 2011) o Brasil vive – assim como nos demais países da América Latina – um quadro demográfico marcado por grandes transformações, com aumento do peso relativo das pessoas em idade economicamente ativa (entre 15 e 59 anos) e diminuição da população economicamente inativa (a partir dos 60 anos), mesmo que se verifique o aumento absoluto da população com mais de 60 anos que por seu turno também está ampliando o seu tempo de atividade. Trata-se de um cenário com

¹ Texto elaborado para exposição no Fórum sobre “Juventude e Violência no Brasil e na Alemanha” durante a programação do Dia dos Católicos Alemães (98. Deutschen Katholikentag) realizado na cidade de Mannheim (15 a 18 de maio de 2012), Alemanha. Este texto contou com valiosas discussões feitas com a companheira Solange S. Rodrigues (pesquisadora do Iser Assessoria), Riccardo Cappi (coordenador do Grupo de Pesquisa em Criminologia da Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia). Agradeço a ambos pelas importantes contribuições e leituras das versões preliminares.

² *Felipe da Silva Freitas* é bacharel em direito, coordenador da campanha nacional contra a violência e o extermínio de jovens, organizada e promovida pelas Pastorais da Juventude do Brasil e pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisa em Criminologia da Universidade Estadual de Feira de Santana onde desenvolve pesquisa sobre juventude, racismo, políticas públicas e segurança pública.

³ No Brasil são considerados jovens para efeitos de políticas públicas aqueles que possuem idade entre 15 e 29 anos.

desafios e oportunidades significativas para o desenvolvimento e a afirmação de direitos em toda região com a caracterização de um bônus demográfico⁴ que oferece um incremento das taxas de crescimento econômico *per capita*.

O bônus demográfico proporciona possibilidades importantes para uma melhoria significativa dos níveis de bem estar de toda população o que além de oferecer mais oportunidades para os jovens também é uma oportunidade única para enfrentar os desafios colocados pelo envelhecimento da sociedade. (GARCÍA, 2010, p. 559)

A situação atual dos jovens brasileiros é marcada tanto por grandes desigualdades socioeconômicas quanto por importantes conquistas. Ambiguidade é a palavra que melhor define a realidade dos jovens no Brasil. Ora reconhecidos como meros sujeitos em desenvolvimento; ora identificados como um ideal desejado de vitalidade, beleza, alegria; ora associados a problemas relativos ao uso abusivo de drogas, irresponsabilidade no trânsito, violência ou falta de cuidado com o próprio corpo e com a integridade dos demais; ora reconhecidos como “sujeitos de direitos” e convocados a participar da vida social e política do país os jovens brasileiros caracterizam-se pela diversidade e pela intensa experimentação das mudanças que vem ocorrendo nos variados setores da sociedade (NOVAES, 2010).⁵

Mesmo com a persistência de significativas dificuldades relativas à inserção social e econômica – notadamente no campo da educação, do trabalho e da saúde – a juventude brasileira vive um ciclo de conquistas relativas à construção de políticas públicas específicas dirigidas aos jovens. A noção de jovens como “sujeito de direitos” vem se afirmando nos últimos vinte anos com a criação de espaços institucionais para a formulação e execução de políticas públicas para juventude, aprovação de uma legislação específica destinada à garantia dos direitos dos jovens, e, a consolidação espaços institucionais para o diálogo entre governo e sociedade civil em torno das necessidades e para as proposições dos jovens em termos de políticas públicas no país.

A partir da ação dos jovens organizados e do acúmulo de intelectuais e organizações de apoio às lutas juvenis a temática dos direitos dos jovens vem sendo incorporada na agenda nacional nos últimos anos e novas referências foram sendo criadas com

⁴ Bônus demográfico é o momento em que a estrutura etária da população atua no sentido de facilitar o crescimento econômico. Isso acontece quando há um grande contingente da população em idade produtiva e um menor número de idosos e crianças.

⁵ No âmbito mundial, é a presente geração que experimenta – justamente por ser jovem – mais intensamente as novas maneiras de estar no mundo, vivenciando as novas conexões entre tempo e espaço e a disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação. Os múltiplos usos do telefone celular, a socialização na cultura digital, enfim, o acesso – ainda que desigual e diferenciado – à internet fazem parte desta inédita experiência geracional. É também esta a geração juvenil que vive de maneira mais generalizada os medos advindos dos riscos ambientais que ameaçam a humanidade. Assim como é a presente geração que experimenta na pele as consequências das rápidas e incessantes mudanças tecnológicas que transformam o mundo do trabalho, que provocam fluxos migratórios e que impõem novas e criativas estratégias de inserção social e produtiva.

Na América Latina, a este quadro internacional, além das contradições resultantes da combinação entre histórias recém-passadas de governos autoritários, das dificuldades de combater a corrupção endêmica até mesmo após as transições democráticas, dos efeitos das políticas neoliberais econômica e socialmente desagregadoras, os jovens desta geração juvenil são também diretamente atingidos pela perversa combinação entre truculência do tráfico de drogas ilícitas, a intensificação do mercado de armas e a corrupção e a violência policial. (NOVAES, 2010, p. 17)

vistas à efetivação das políticas públicas dirigidas para este segmento. Nesta perspectiva cabe ressaltar a criação da Secretaria⁶ e do Conselho Nacional de Juventude⁷ (2005), a consolidação de Conferências Nacionais de Políticas de Juventude⁸ (2008 e 2011) bem como a ampliação das pesquisas sobre o universo juvenil e a consolidação de um marco legal para a garantia dos direitos dos jovens – Proposta de Emenda a Constituição da Juventude (PEC da Juventude), Estatuto da Juventude e Plano Nacional de Juventude – importantes conquistas alcançadas nos últimos dez anos no Brasil.

No presente trabalho analisaremos como este significativo contingente populacional vivencia as dinâmicas de violência e insegurança experimentadas em toda a sociedade. Como os jovens brasileiros experimentam a sensação de insegurança em seu país? Como os jovens vivem a realidade de desigualdade social e econômica e as graves discriminações disseminadas em toda sociedade? Sem a pretensão de respondê-las, trataremos nesta rápida exposição algumas destas questões tentando suscitar novas controvérsias.

Em todos os segmentos da sociedade brasileira o tema da violência tem se destacado. O discurso sobre a criminalidade urbana, sobre o aumento do comércio e do consumo de drogas, o debate sobre a produção e comercialização de armas e as insistentes ocorrências de torturas e violações dos direitos humanos aparecem como grandes itens na lista de preocupações dos brasileiros. O tema da segurança pública se nacionalizou e ganhou destaque nos grandes centros urbanos e nas cidades de pequeno e médio porte. (SOARES, 2010)

Entre as juventudes este tema passou a ser considerado ainda mais relevante do que nos demais segmentos da população. As mortes causadas por arma de fogo e o grande número de jovens envolvidos no consumo abusivo e no comércio ilegal de substâncias psicoativas fazem com que o tema da insegurança seja dramático no universo juvenil brasileiro, deflagrando imagens cada vez mais explosivas carregadas do grande peso do espetáculo midiático e despertando os mais intensos e contraditórios sentimentos no conjunto da população. (SOARES, 2004)

Segundo dados do Projeto Juventude, 2003, 11% dos jovens declaram que já sofreram diferentes tipos de violência física, sendo que a maior parte se deu em casa ou na vizinhança, cometida por familiares, parentes, namorados, conhecidos. Cerca de 20% dos jovens já foram assaltados e 46% perderam algum amigo de forma violenta. Como resultado, a questão da violência é citada na pesquisa como um dos principais fatores de preocupação dos jovens, sem alta variação por renda,

⁶ Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) integrada à Secretaria Geral da Presidência da República é responsável por coordenar a Política Nacional de Juventude, além de articular e propor programas e ações voltadas para o desenvolvimento integral dos jovens.

⁷ Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) com objetivo de formular diretrizes, discutir prioridades e avaliar programas e ações governamentais voltadas para jovens. Tem caráter consultivo, é formado por representantes do poder público e da sociedade.

⁸ As Conferências Nacionais de Juventude, em 2008 e 2011, foram realizadas pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conjuve num amplo processo de mobilização com etapas preparatórias nos municípios e estados, com destaque para as etapas nacionais que reuniram, cada uma, cerca de 2 mil delegados eleitos para debater e aprovar propostas para a política de juventude do país.

escolaridade, gênero e cor. (INSTITUTO CIDADANIA, 2003, p. 13)

Tal realidade também é retratada pela pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*, realizada pelo Ibase e pelo Instituto Pólis (2005) nas oito principais regiões metropolitanas do país – Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal. Segundo esta pesquisa os jovens de cinco das oito regiões analisadas indicaram a violência como a sua principal preocupação, sendo que nas três regiões restantes essa temática figurou no segundo lugar entre as preocupações prioritárias dos jovens. Nesta mesma linha, os delegados(as) da primeira e da segunda Conferência Nacional de Políticas de Juventude deram significativo destaque ao tema da segurança como importante demanda dos jovens do Brasil revelando a centralidade desta reflexão nos mais variados segmentos da juventude brasileira.

Tal realidade – da centralidade da violência no campo das preocupações dos jovens brasileiros – nos desafia a pensar sobre o que seria então a vida segura para estes jovens. O que seria segurança para a população jovem no Brasil?

Sobre esta questão é bastante esclarecedora a análise feita pela pesquisa *Juventudes Sul-Americanas: diálogos para construção da democracia regional* também realizada pela organização não governamental brasileira Ibase em parceria com o Instituto Polis e outras várias organizações de cinco países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai). A pesquisa aponta questões instigantes a respeito da concepção dos jovens sulamericanos sobre o que é vida segura e sobre como o Estado e a sociedade podem tratar as violências nas quais os jovens estão inseridos:

Esta geração de jovens sul-americanos é afetada por diferentes formas de violência, física e simbólica. Uma das dimensões estudadas está relacionada ao direito à memória, negado pela violência política do regime militar. Em outras situações estudadas, os segmentos juvenis socialmente vulnerabilizados dirigem-se ao poder público para reverter preconceitos e discriminações (étnica, de gênero, por local de moradia). Em parte delas, menciona-se a opressão advinda dos confrontos com o tráfico de drogas e as políticas que, em geral, sempre tratam quem é jovem como suspeito em potencial.

A concepção de “vida segura” deve articular o combate à violência com os demais eixos da agenda pública de juventude (educação, trabalho e cultura). Não por acaso, no combate às distintas formas de violência, amplia-se a referência aos direitos humanos ampliados. As políticas públicas de juventude na área de segurança devem contemplar: a) a busca de justiça e dos direitos de cidadania; b) o combate aos preconceitos e a valorização da diversidade cultural juvenil.

Em outras palavras, os jovens não apresentam a noção de segurança somente em termos de ausência de crime, combate às drogas e pela presença de policiais nas ruas. Com uma visão bastante realista os jovens indicam que onde eles vivem os desafios são complexos e exigem ações articuladas e intersetoriais. Nesta linha, é

importante destacar também as inferências feitas pelos jovens participantes das etapas estaduais da II Conferência Nacional de Políticas de Juventude que ao analisarem o tema juventude e segurança afirmaram a importância da polícia e exigiram mais estrutura e equipamento para as corporações policiais, contudo, denunciaram as violações de direitos humanos (e a produção de insegurança) praticada pelos agentes da polícia, bem como demandaram mudanças que possibilitem uma nova relação entre as polícias e os jovens, em especial os jovens do sexo masculino, negros e moradores das periferias urbanas.

A questão da violência policial, dos grupos de extermínio e das violações de direitos humanos por parte do estado – dirigida majoritariamente para o segmento juvenil – indica a urgência de se processarem novas relações entre Estado e jovens no Brasil.

Assim, é importante pensar que a noção de violência não se esgota na sua expressão de violência interpessoal e aponta para a importância de temas como racismo, sexismo e a homofobia, bem como às discriminações correlatas indicando a violência simbólica e institucional como dimensões relevantes na produção da insegurança entre jovens – particularmente entre os jovens oriundos de grupos vulnerabilizados no Brasil (negros, mulheres, homossexuais etc.).

Quanto à questão das mortes ocorridas em operações policiais e/ou pela ação de milícias ou grupos de extermínio, várias são as denúncias ocorridas nos últimos 20 anos no Brasil⁹ que apontam a gravidade da realidade de violência simbólica e institucional em que jovens – negros moradores de favelas em sua maioria – estão envolvidos em seu cotidiano.

Segundo pesquisa elaborada pela UNESCO em parceria com o Ministério da Justiça e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil é o quarto país em taxas de homicídio (27 por 100mil) num ranking composto por oitenta e quatro nações, sendo que, entre os jovens, o Brasil sobe para a terceira posição internacional, apresentando uma taxa de homicídios de 51,7 por 100 mil habitantes, um número extremamente alto em comparação com os padrões mundiais. Segundo as pesquisas recentes realizadas no Brasil a vítima de homicídio no país tem um perfil bem definido: ela é jovem, masculina, negra e mora em áreas marcadas pela exclusão socioeconômica e pela precária presença do Estado.

Temas como o desemprego, a dificuldade de acesso aos níveis superiores de ensino, a falta de assistência médica e psicológica de qualidade adequada às necessidades de cada grupo etário, falta de meios para locomover-se nas cidades ou falta de condições para transitar pelas cidades (seja de carro, de motocicleta ou mesmo de carro particular) são exemplos de demandas que indicam as

⁹ A título de exemplo podemos citar investigações como: o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados que investigou os Grupos de Extermínio do Nordeste, demonstrando a sistemática de execuções ilegais na região; o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito das Milícias na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que diagnosticou o funcionamento de grupos paramilitares de execução em mais de 171 comunidades cariocas ou ainda as insistentes denúncias de Organizações Não Governamentais como a *Human Rights* sobre a Força Letal e a Violência Policial nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, apontando o aumento do número de homicídios praticados por policiais entre 2000 – 2009.

inseguranças e violências com as quais convive a juventude brasileira. A ausência de condições para sua emancipação e desenvolvimento com autonomia é a principal situação de violência na qual vive parcela expressiva dos jovens brasileiros causando-lhes grandes medos e inseguranças.

Assim, retomando à provocação inicial cabe observar ainda quais as principais propostas de intervenção na perspectiva de garantir a vida segura aos jovens, reduzir a sensação de insegurança e promover a emancipação e a autonomia para a juventude.

Como já assinalamos neste texto assistimos no Brasil à convivência entre representações dos “jovens como problema”, “jovens como sujeitos de direitos”, “jovens como sujeitos em transição para a vida adulta” ou ainda da idéia do jovem como sujeito da transformação, jovem como portador das novas tecnologias ou como portador da representação de força e vitalidade. Às vezes dentro de um mesmo governo ou ainda dentro de um mesmo grupo é possível identificar visões díspares sobre qual seria a referência que caracteriza e identifique o sujeito “jovem”.

Tal modelo leitura dos jovens e da juventude, marcado pela diversidade e, por vezes, através abordagens contraditórias e ambíguas, resultam em modelos de resposta às demandas e perguntas do segmento juvenil igualmente contraditórias e ambivalentes. Analisando as propostas de intervenção para garantir a vida segura dos jovens – tanto as formuladas pelo estado quanto as da sociedade civil – identificamos a persistência de práticas de repressão no controle e no disciplinamento da vida e das atividades dos jovens, especialmente dos jovens negros e pobres no Brasil. E isso acontece mesmo nas iniciativas que avançam na perspectiva da participação e da autonomia juvenis.

Neste sentido é interessante analisar que tanto existem no país avanços importantes como a adoção de políticas públicas específicas dirigidas ao acesso a direitos de grupos sociais historicamente excluídos – como a política de reserva de vagas para estudantes negros nas universidades por exemplo – como também existem (às vezes defendido por um mesmo grupo político) iniciativas como as propostas de redução da idade penal, que propõe a antecipação da idade mínima para a responsabilização penal de jovens-adolescentes no país ou como as iniciativas de toque de recolher que restringem o direito de ir e vir de jovens-adolescentes a partir de determinados horários do dia ou da noite.

Tais exemplos indicam como as formas de intervenção governamental relativas a juventude são ambíguas e, por vezes, contraditórias no Brasil, oscilando entre a promoção de direitos e garantia de empoderamento (reserva de vagas para estudantes negros) e a repressão e o cerceamento de liberdade (redução da idade penal e toque de recolher).

A grande “novidade” nos últimos anos em termos de políticas públicas de segurança no Brasil são as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP’s) lançadas no estado do Rio de Janeiro e reproduzidas em outros estados e a formulação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) apresentado pelo governo federal. Em ambas as propostas, apesar dos tímidos avanços em termos de

institucionalização do debate sobre segurança pública e fuga dos discursos exclusivamente punitivos¹⁰ persistem os modelos de leitura da realidade marcados pela interpretação da questão da violência com ênfase no aspecto da criminalidade, sem penetração na dimensão da violência praticada pelas instituições, e, tão pouco, na violência constitutiva das próprias formas de organização da sociedade (racismo, sexismo, homofobia, etc.) (FREITAS, 2010)

No campo da sociedade civil se pode citar exemplos de iniciativas importantes no campo da defesa de direitos da juventude como a campanhas formativas e de conscientização desenvolvidas por movimentos juvenis; oferta de cursos preparatórios para as provas de vestibular desenvolvidos por experiências comunitárias em todo o país ou ainda projetos culturais baseados nos pressupostos pedagógicos da emancipação e da formação para cidadania que destoam da lógica estatal baseada na ampliação das estruturas policiais e do controle militar sobre as comunidades em que há maior incidência do comércio ilícito de substâncias psicoativas, e também apresentam alternativas no sentido de ampliar a noção de vida segura e possibilitar outras respostas ao desafio da violência em todo o país.

Assim, interessante notar o quanto a juventude – com suas características diversas – é capaz de inspirar múltiplas leituras por parte do estado, da academia e de toda a sociedade e quão variadas podem ser as respostas ao desafio de promover inclusão, reduzir as violências e garantir vida segura aos jovens do Brasil. Mais do que a repetição dos repertórios punitivos os jovens demandam possibilidades criativas em favor de um país justo e igual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os últimos 20 anos foram importantes tanto para garantia de novos direitos para os jovens no Brasil e para a institucionalização de políticas específicas dirigidas para este segmento como também para institucionalização do tema da segurança pública na agenda nacional, para o estabelecimento de importantes debates sobre as noções de violência e para a percepção das várias modalidades pelas quais este fenômeno pode se manifestar (interpessoal, institucional, estrutural e simbólica). Contudo, se é verdade que muito se avançou nos últimos anos é verdade também que é preciso superar as estratégias meramente repressivas, qualificar as pesquisas no campo da análise da execução das políticas públicas de segurança, e eliminar a abordagem policial preconceituosa a que está submetida a sociedade em geral, e os jovens em particular, em especial os jovens negros, de sexo masculino.

Tratam-se de desafios relativos não só a alteração das práticas, mas, antes de tudo, à construção de outros “olhares” para o tema da violência e para as representações

¹⁰ Sobre as Unidades de Polícia Pacificadoras ver: BATISTA, Vera Malaguti. **O alemão é muito mais complexo**. Disponível em: <http://www.fazendomedia.com/o-alemao-e-mais-complexo/> acesso em 06 de maio de 2012 as 15h45. Neste texto a socióloga Vera Malaguti analisa a militarização das favelas cariocas indicadas pelo programa de segurança pública implementado pelo governo do estado do Rio de Janeiro. O título do artigo é um jogo de palavras com referência ao Complexo do Alemão que é um conjunto de treze favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro, no Brasil onde foram implantadas Unidades de Polícia Pacificadora.

dos jovens brasileiros, ultrapassando as já tradicionais leituras, ancoradas na associação direta entre juventude, irresponsabilidade, delito e violência, e de proposições baseadas na ideia de contenção, ordenamento e castigo. É preciso alargar as análises em busca de outros temas e outras modalidades de intervenção em matéria de segurança pública na perspectiva da promoção da justiça e da equidade por meio das políticas públicas. (FREITAS, 2010, p. 114)

Apostando no diálogo intergeracional como importante possibilidade para a construção de saídas para esta realidade de violência na qual os jovens estão envolvidos vale terminar este texto (sem a pretensão de terminar o debate) com a provocação do Dom Luciano Mendes de Almeida¹¹, importante bispo católico brasileiro falecido aos 76 anos poucos meses depois de falar a dezenas de jovens reunidos por ocasião do 8º Encontro Nacional da Pastoral da Juventude em 2006 na cidade de Campinas no estado de São Paulo (Brasil): “*Nossa juventude é mais eliminada pela violência do que se participasse de guerras. Não podemos deixar cair os braços diante de tanta luta da vida contra a morte.*”

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eliane R. e NOVAES, Regina (Coords.). Demandas da juventude (relatório das etapas estaduais da II Conferência Nacional de Políticas de Juventude: Solange Rodrigues e Felipe Freitas). In: *Sistematização da II Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude*. Rio de Janeiro: Unirio - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / Departamento de Pós-Graduação em Educação, 2012.

BATISTA, Vera Malaguti. **O alemão é muito mais complexo**. Disponível em: <http://www.fazendomedia.com/o-alemao-e-mais-complexo/> acesso em 06 de maio de 2012 as 15h45.

CAPPI, Riccardo. Mediação e Prevenção da Violência. In: VELOSO, Marília Lomanto, AMORIM, Simone, LEONELLI, Vera (org). **Mediação Popular**: uma alternativa para a construção da justiça. Salvador: 2009, p. 27 – 35.

CARA, Daniel; GAUTO, Maitê. Juventude: percepções e exposição à violência. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, SECAD; UNESCO, 2007, p. 173 – 198.

DIAS NETO, Theodomiro. **Segurança pública**: um conceito a ser repensado. Boletim IBCCRIM. São Paulo, n.58, E.Esp, p. 12, set. 1997.

FERREIRA, Helder; FONTOURA, Natália de O.; AQUINO, Luseni; CAMPOS, André G.. Juventude e Políticas de Segurança no Brasil. In: CASTRO, Jorge A.; Luseni C. de A.; ANDRADE, Carla C. (orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**.

¹¹ Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida (Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1930 — São Paulo, 27 de agosto de 2006) foi um religioso jesuíta e bispo católico brasileiro reconhecido na defesa dos direitos humanos e no serviço aos pobres.

Brasília: Ipea, 2009, p. 191 – 219.

FREITAS, Felipe da Silva. **Tematizando a segurança pública no Brasil: tendências, programas e conceitos (1988 – 2007)**. 2010. 132 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Curso de Bacharelado em Direito, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Feira de Santana.

_____. A Juventude e o aumento da violência no Brasil. *In*: **Redemoinho**. Porto Alegre: Instituto de Pastoral da Juventude, n. 007, julho 2010, p. 40 – 42.

_____. Reflexões sobre o que é ser jovem na América Latina: desafios e possibilidades a partir de um lugar pastoral. **Medellín**: Teologia y pastoral para América Latina. Bogotá: CELAM/ Itepal, vol. XXXVI, n. 144, Octubre/Diciembre 2010, pp. 567-579.

GARCIA, Ze Everaldo Vicentello. Situaciones de los jóvenes em América Latina y El Caribe: tendencias, oportunidades y um modelo por desarrollar. **Medellín**: Teologia y pastoral para América Latina. Bogotá: CELAM/ Itepal, vol. XXXVI, n. 144, Octubre/Diciembre 2010, pp. 567-579.

IBASE; INSTITUTO PÓLIS. **Juventude Brasileira e Democracia**: participação, esferas e políticas públicas. Rio de Janeiro: Ibase, 2005. (Relatório Final de Pesquisa)

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Juventude**: documento de conclusão. São Paulo, 2003.

NOVAES, Regina & ANDRADE, Eliane R. **Livro das juventudes sul-americanas**. Rio de Janeiro: IBASE, 2010.

NOVAES, Regina Célia Reys. Prefácio. *In* CASTRO, Jorge A.; Luseni C. de A.; ANDRADE, Carla C. (orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009, p. 15 – 22.

RODRIGUES, Solange S. “É muito importante que eu seja feliz”: jovens falam sobre sua situação social e experiência do sagrado. *In*: MOTA, Rubens Nunes (Org.). **Juventudes**: o exercício da escuta no processo de aproximação. Brasília: CRB, 2010, pp. 49-67.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e Violência no Brasil contemporâneo. *In*: **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.). São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 130 – 159.

_____. **A Próxima Década no Campo da (In)segurança Pública**, 2010. Disponível em: <http://luizeduardosoares.blogspot.com/2010/12/proxima-decada-no-campo-da-inseguranca.html>.